



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ - CCCO
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS/HISTÓRIA

VITÓRIA NERES NASCIMENTO

**GENTIOS, TAPUIAS E CABLOCOS: VISÕES DE INDÍGENAS NA IMPRENSA
PARAENSE DO SÉCULO XIX**

VITÓRIA NERES NASCIMENTO

**GENTIOS, TAPUIAS E CABLOCOS: VISÕES DE INDÍGENAS NA IMPRENSA
PARAENSE DO SÉCULO XIX**

Trabalho de conclusão de curso apresentado na modalidade de relatório de PIBIC. Bolsista PIBIC cota 2024-2025 – com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA apresentado ao curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas-História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Alexandre
Isídio Cardoso

CODÓ-MA

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Nascimento, Vitória Neres.

Gentios, Tapuias e Caboclos : visões de Indígenas na
imprensa Paraense do século XIX / Vitória Neres
Nascimento. - 2026.

39 p.

Orientador(a): Antônio Alexandre Isídio Cardoso.
Curso de Ciências Humanas - História, Universidade
Federal do Maranhão, Codó-ma, 2026.

1. Indígenas. 2. Mundos do Trabalho. 3. Catequese.
4. Amazônia Oitocentista. I. Cardoso, Antônio Alexandre
Isídio. II. Título.

VITÓRIA NERES NASCIMENTO

**GENTIOS, TAPUIAS E CABLOCOS: VISÕES DE INDÍGENAS NA IMPRENSA
PARAENSE DO SÉCULO XIX**

Trabalho de conclusão de curso apresentado na modalidade de relatório de PIBIC. Bolsista PIBIC cota 2024-2025 – com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA apresentado ao curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História do Centro de Ciências de Codó da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas-História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Alexandre Isidio Cardoso

Aprovado em: 09/07/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Alexandre Isidio Cardoso (Orientador)

Prof. Me. Caio Matheus Lima da Silva (1º Examinador – UESPI)

Prof. Ma. Letícia Thalia Sousa de Sousa (2º Examinador – UESPI)

RESUMO

O presente estudo é resultado do plano de trabalho PIBIC, bolsa FAPEMA (2024-2025), vinculado ao Curso Interdisciplinar em Ciências Humanas – História, da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó. A pesquisa intitulada “Gentios, tapuias e caboclos: visões dos povos indígenas na imprensa paraense do século XIX” analisa as representações indígenas construídas pela imprensa oitocentista ao longo do século XIX. Possui como propósito fundamental aprofundar a compreensão dos diferentes vocabulários empregados para se referir aos povos originários, observando os contextos em que cada termo era utilizado, os quais resultavam na hierarquização desses sujeitos e os submetiam a processos de subalternização. O estudo foi desenvolvido a partir da consulta à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, onde foram analisados os periódicos *Treze de Maio* (1845–1861), *Gazeta Oficial* (1859–1860), *Diário de Belém* (1868–1889) e *O Liberal do Pará* (1869–1889). Para isso foram utilizadas palavras-chave nas pesquisas dos jornais, como ‘gentio’ e ‘tapuio’, ‘índios’, ‘selvagens’ e ‘bárbaros’, atentando aos sentidos atribuídos a essas categorias em contexto. Além disso, esta pesquisa integra os resultados do estudo anterior vinculado ao PIBIC (2023-2024) intitulada “Gentios, tapuias e caboclos: visões dos povos indígenas na imprensa Maranhense do século XIX” com os jornais *Publicador Maranhense* (1842-1885) e *O Paiz* (1863-1889), que abordou a mesma problemática sob a perspectiva da imprensa do Maranhão, possibilitando uma análise comparativa entre as duas províncias. A junção desses dois resultados ampliou a perspectiva interpretativa da pesquisa, evidenciando especificidades regionais associadas à prática do trabalho forçado, à escravização, à violência e a suposta “facilidade de manipulação” de alguns povos. Este estudo contribui para a compreensão da construção dos estigmas relacionados aos povos indígenas e o papel da imprensa na legitimação dessas práticas. A pesquisa ancora-se teórica e metodologicamente nos autores: Weinstein (1993), Harris (2010), Cardoso (2018), Sampaio; Henrique (2009), Soares (2024), Wallace (2004), entre outros.

Palavras-Chave: Indígenas; Mundos do trabalho; Catequese; Amazônia oitocentista.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 JUSTIFICATIVA	10
3 OBJETIVOS	10
3.1 Objetivo Geral	10
3.2 Objetivos Específicos	10
4 METODOLOGIA.....	12
5 RESULTADOS	14
5.1 Análise das palavras-chaves	20
6 CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

A reflexão histórica sobre os povos Indígenas no Brasil foi, durante muito tempo, marcada por interpretações que os colocavam como obstáculos ao progresso e ao avanço da civilização. Desde o século XIX, intelectuais dispostos a contribuir para a construção do Estado Nacional, elaboraram discursos que justificavam a intervenção europeia em nome de um projeto civilizatório. Autores como Francisco Adolfo Varnhagem e Carl Friedrich Phillip Von Martius desempenharam papel fundamental na elaboração de narrativas históricas que exaltavam a colonização portuguesa e minimizavam a cultura das sociedades Indígenas. (Guimarães, 1988, p.17)

Para Varnhagen (1877) os indígenas eram seres de vida e culturas inferiores, até mesmo primitivos. Para ele o modo de vida nômade dos “Índios” não poderia ser chamada de civilização, pois eles não possuíam instintos de pertencimento ao território, o que – segundo ele – impedia o desenvolvimento de vínculos patrióticos. Varnhagen os classificava como “selvagens” e “bárbaros” destacando esse discurso colonialista e eurocêntrico no século XIX. Em suma, considerados supostamente atrasados e limitados em relação aos paradigmas culturais europeus, sociedades indígenas necessitariam de intervenção adequada para torná-los civilizados. (Varnhagen, 1877, p.45-55)

Essas interpretações foram reproduzidas pela imprensa oitocentista por meio de categorias como “gentios”, “tapuias”, “caboclos”, “selvagens”, entre outras vocabulários, que não apenas nomeavam os povos originários, mas atribuíam significados sociais e políticos que contribuíam para sua subalternização.

Para ampliar ainda mais o alcance analítico desta investigação foram cruzados resultados de pesquisa em jornais do Pará e do Maranhão, o que nos permitiu evidenciar as especificidades presentes nos discursos da imprensa sobre os povos Indígenas em grande parte do que era considerado o Norte do Brasil Imperial.

O estudo comparativo dos periódicos paraenses e maranhenses demonstrou que a imprensa atuou como importante instrumento de produção das representações sociais no século XIX, contribuindo para a construção de classificações atribuídas aos povos originários, carregadas por hierarquizações e estigmatizações sociais.

Nesse sentido, os periódicos do século XIX destacavam a importância

econômica de obter a força de trabalho indígena nos mundos do trabalho, contribuindo para o aumento das atividades comerciais, das construções de estradas, das plantações, e da produção de especiarias, entre outras. Ao mesmo tempo, veiculava imagens depreciativas, reforçando na arena pública o entendimento de que indígenas necessitavam de tutela e de vigilância.

De certo modo, as categorias utilizadas para representar os povos indígenas detinham tais significados, mas com diferenças entre si. Adiante irei pontuar alguns exemplos. O termo “gentio”, geralmente, estava associado aos indígenas de difícil catequização, por serem vistos como mais “rebeldes” ou “selvagens”. Tratava-se de indígenas classificados como habitantes das “brenhas” das matas, vivendo da caça e da pesca, de difícil contato e arredios ao trabalho. Nesse contexto, acreditava-se que era mais fácil catequizar um gentio “se pego” ainda na infância do que na fase adulta.

O “tapuia” representava a categoria mais trabalhadora dos “índios”. Isso não significava que os tapuias fossem vistos como “mansos”, se acomodando ao processo de civilização. Há nas ocorrências certa ambiguidade, haja vista as diversas ocorrências de fugas e rebeldia, que evidenciavam a insatisfação desses sujeitos, sobretudo diante de arregimentações compulsórias ao trabalho e processos de escravização.

Outra categoria a ser destacada é a de “caboclo”, em termos gerais, refere-se a uma identidade étnica resultante do processo enxergado pela imprensa na mestiçagem entre indígenas e colonizadores europeus. No entanto, no contexto amazônico do século XIX, essa categoria assumiu significados mais amplos. O Censo Geral do Império de 1872 utilizou a denominação “cabocla” para designar a população indígena, evidenciando um processo de substituição/apagamento a pluralidade das etnicidades indígenas.

Ainda em se tratando de uma categoria que demarcava um alegado processo “aculturação”. Na Amazônia oitocentista, o termo passou a ser utilizado para classificar populações que, apesar de manter vínculos históricos e culturais indígenas, eram sujeitos que estavam incorporados nos mundos do trabalho e ao projeto de civilização, ou seja, em vias de se tornarem “não indígenas”.

Deborah Magalhães Lima (1999) em sua obra destaca que o termo foi historicamente utilizado para classificar de forma genérica populações rurais amazônicas, ocultando significativamente suas identidades étnicas. Na mesma perspectiva, Carmem Izabel Rodrigues (2006) argumenta que a categoria “caboclo”

foi construída pela diferença, desconsiderando as especificidades históricas e culturais dos indivíduos e contribuindo para a negação de suas identidades próprias.

Sabe-se que tal categoria, contudo, não deve ser compreendida apenas como resultado de uma mestiçagem, mas, como uma construção histórica e social que contribuiu para o apagamento das identidades indígenas, integrando uma sociedade inteira a uma única denominação. Essa interpretação é compartilhada por Fábio Fonseca de Castro (2013, p.433), onde afirma que o termo “caboclo” constituiu uma forma de violência simbólica na formação da sociedade amazônica, na medida em que representa uma identidade imposta pelos interesses políticos, econômicos e sociais da época.

Nesse sentido, a utilização desse vocabulário pela imprensa não pode ser entendida como uma simples descrição da realidade, mas como parte da construção de representações que legitimavam projetos de tutela, catequização, exploração da força de trabalho indígena e incorporação desses povos ao projeto civilizatório imperial que veremos ao longo dessa pesquisa.

No que tange aos resultados das buscas na imprensa, foram encontradas ainda ocorrências relacionadas ao decreto nº426 de 24 de julho de 1845, que estabelecia as Diretorias para catequese e civilização dos indígenas, definindo como essas práticas deveriam ser implementadas, com pistas do que ocorria no cotidiano de aldeamentos e povoados dos sertões. Em geral, são traçados relatos de como os povos indígenas eram utilizados como força de trabalho, enquanto suas terras e territórios eram reivindicados pelo governo.

Além disso, observou-se a implementação da fé cristã, do casamento e do batismo como instrumentos do projeto civilizatório, com o objetivo de “salvar” suas almas, elementos igualmente importantes na visão de articulistas de jornais publicados no século XIX em terras amazônicas.

A análise dos periódicos Treze de Maio (1845-1861), Gazeta Oficial (1859-1860), Diário de Belém (1868-1889) e O Liberal do Pará (1869-1889), publicados na Província do Pará, resultou na identificação de 64 ocorrências relacionadas aos povos indígenas. Desse total de ocorrências reunimos nesta pesquisa alguns casos considerados relevantes. A distribuição dos resultados por jornal vai ser apresentada em um quadro/tabela mais adiante.

2 JUSTIFICATIVA

A pesquisa mostrou-se importante para entender as tensões e disputas de significados entre os denominativos: “selvagens”, “tapuias”, “caboclos” e “gentios”; registrados na imprensa da época. Além disso, foram analisadas as diferentes formas de nomeação dos povos indígenas, evidenciando que esses termos ocultavam as identidades étnicas e homogeneizavam populações, submetendo-as à processos de subalternização ao lado de outros trabalhadores não brancos.

Na execução do plano, foram pesquisados os jornais Treze de Maio (1845-1861), Gazeta Oficial (1859-1860), Diário de Belém (1868-1889) e O Liberal do Pará (1869-1889). todos de grande circulação no Pará, com o intuito de produzir um inventário das ocorrências referentes aos indígenas, posteriormente tabuladas em um quadro analítico geral. O quadro geral das ocorrências foi cotejado com resultados anteriores da pesquisa relacionada à Província do Maranhão. Esse material conformou um banco de dados geral com base nos resultados coligidos através das jornais, que vem sendo utilizado como instrumento de pesquisa nos debates do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Social dos Sertões – GEPHSertões.¹

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar as representações e as formas de atribuição de sentido construídas pela imprensa acerca dos povos indígenas observando, de maneira mais detida, os vocabulários utilizados para nomear e classificar os diferentes grupos.

3.2 Objetivos Específicos

- Elaborar um inventário analítico das ocorrências referentes aos indígenas em jornais paraenses oitocentistas;

¹ Esta pesquisa dialoga com resultados do estudo anterior intitulado “Gentios, tapuias e caboclos: visões dos povos indígenas na imprensa Maranhense do século XIX”, vinculado ao PIBIC 2023-2024 desenvolvido a partir dos jornais Publicador Maranhense (1842-1885) e O Paiz (1863-1889), empreendido pelo bolsista Jeferson Cauã, possibilitando análises comparativas mais consistentes e qualificadas do contexto do mundo do trabalho indígena amazônico.

- Analisar o emprego de marcadores sociais alheios à etnicidade presentes no vocabulário utilizado para qualificava indígenas, como gentios, tapuias e caboclos;
- Investigar as relações entre as representações indígenas presentes na imprensa paraense e os mundos do trabalho no contexto amazônico oitocentista.

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo exploratória, que envolve o levantamento de referências sobre os povos indígenas nos jornais do século XIX, tendo como base as buscas online pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As informações levantadas foram tabuladas e devidamente referenciadas, de modo a construir um quadro geral das ocorrências. Após a organização dos dados, foram selecionados os índices analíticos referentes ao apagamento das identidades étnicas, discutidos a partir da leitura crítica dos periódicos, sem perder de vista sua inserção na arena pública de discussões sobre a temática no período analisado.

A informação transmitida pelos jornais mescla-se à elaboração de discursos, à comunicação de ideias e valores, aos projetos de agir sobre uma sociedade e com a necessidade de interagir com os fatores políticos e econômicos de diferentes atores sociais. (Barros, 2020)

Além disso, foi empregada a análise de fontes históricas acerca do indigenismo e dos mundos do trabalho no Brasil oitocentista, direcionando o estudo na perspectiva de compreender as relações sociais envolvendo os povos originários. A partir das ocorrências registradas e da análise realizada nos jornais destacados, é possível perceber como o contexto social dos povos indígenas era marcado por violência, trabalho forçado e repressão de suas culturas, sobretudo no contexto do chamado *boom* da borracha.

Barbara Weinstein (1993) discute sobre a ascensão da borracha na Amazônia em decorrência do aumento da demanda mundial pela matéria-prima e conseqüentemente a sua decadência². As populações indígenas sofriam com os abusos e trabalhos forçados associada à promessa de remuneração e à violentas formas de arregimentação e invasão de suas terras.

² Com o boom da borracha a Amazônia passou a deter a matéria-prima principal – que eram os Seringais – tornando-se um dos centros da economia global entre meados de 1850 a 1920. Para extrair a borracha das seringueiras, devido ao aumento da demanda, era necessária a força de trabalho. Embora a presença de escravos na região não tenha sido inexistente, ela foi consideravelmente menor comparada a outras áreas do Brasil. Essa diferença se dá pelo custo elevado do tráfico e também pelas demandas econômicas da região. Para contornar essa situação os proprietários dos seringais recorreram amplamente às populações indígenas. Posteriormente, os trabalhadores migrantes, compostos em sua maioria por nordestinos passaram a compor a base desse sistema de exploração da borracha. (WEINSTEIN, 1993, p.29-30)

No ano de 1845, foi aprovado pelo governo imperial um Decreto nº426 de 24 de julho, que estabeleceu as Diretorias para catequese e civilização dos “índios” sob a batuta da religião católica e aplicando mecanismos de trabalho que tornassem esses indivíduos “úteis” ao Estado, aos proprietários e aos comerciantes. Nesse sentido, a catequese era constantemente utilizada como meio de justificar essas práticas com o pretexto de tornar os povos indígenas “civilizados”.

A legislação criou uma estrutura de aldeamentos indígenas distribuída por todo o território com a gestão de um Diretor-Geral de Índios, nomeado pelo imperador para cada província. Cada aldeamento seria dirigido por um diretor de aldeia, indicado pelo próprio diretor geral. Cabia aos missionários (que também podiam ser leigos, comerciantes ou proprietários) a tarefa de catequisar e educar os “índios”. (Sampaio, 2009, p. 178). Era preciso, na visão de alguns impressos introduzir entre os povos originários “necessidades básicas sociais”, ligadas à sociedade do consumo. Além disso, como assevera o jornal Treze de Maio, engajar os indígenas na ritualística da religião cristã.

Mover a sua imaginação com o espetáculo majestoso das cerimônias religiosas, tocar o seu coração com a pureza da doutrina do evangelho, segundo eles, é o essencial. (Treze de Maio, 15 de março de 1854, nº49)

Nesse contexto, a catequese funcionava como um dos instrumentos de incorporação dos grupos indígenas ao projeto civilizatório defendido pelo Estado no século XIX, como nítida continuidade e aprofundamento do projeto colonial lusitano. Tanto é que as dificuldades e as estratégias se assemelhavam. O primeiro elemento de catequese dos jesuítas foi o conhecimento das línguas dos indígenas, que, a princípio, traduziu-se em grandes dificuldades em razão da enorme diversidade linguística. Desde o período colonial, conforme registrado pelo *O liberal do Pará* (1870) “Os jesuítas tomaram sua língua por ponto de partida de sua catequese, escreveram-na, e a ensinaram em seus colégios; e é esta a língua geral”.³

³ HDBN – O liberal do Pará, 1 de outubro de 1870, Nº 220, p 2

5 RESULTADOS

Os quadros apresentados a seguir estão divididas em seis colunas, divididas em: Publicação (jornal), corresponde ao nome do jornal que será estudado; palavra-chave, refere-se ao termo que foi utilizado na busca; número e página, que identifica a edição exata que está sendo analisada; data da ocorrência e o dia da semana, que indica o momento da publicação; as ocorrências em si, o que consiste na transcrição do trecho identificado; e por fim, o link de acesso que permite a consulta da ocorrência direta da fonte Hemeroteca Digital.

Foram encontradas diversas ocorrências a partir das palavras-chave definidas. A análise dos periódicos permitiu observar a recorrência de três grandes eixos temáticos. “Catequese e civilização dos índios”, quando se refere à religião e imposição da fé cristã. O segundo diz respeito aos mundos do trabalho, quando se refere à procura da força de trabalho indígena para trabalhos braçais sem salário ou remuneração. Por fim, destaca-se a questão das terras ocupadas por esses indígenas, quando em algumas ocorrências faz-se a alusão de “tomar” ou “reivindicar” as terras desses indivíduos, quando estes eram realocados pela igreja em aldeamentos para torná-los “úteis” à sociedade.

A província do Rio de Janeiro está tratando de reivindicar os terrenos dos “índios” da aldeia de S. Lourenço. Foi acometido ao coronel Carlos José de Azevedo a tarefa de chamar, educar e tornar úteis os “índios” que eram tão numerosos, esses “índios” andam dispersos nos sertões da Pedra Liza. O objetivo é ampliar essas missões nas províncias diversas” (Treze de maio, 2 de julho, nº52, 1845)

Observou-se também a forma como os jornais representavam os povos indígenas, associando-os à exploração econômica dos recursos naturais e à necessidade de utilização de sua força de trabalho. Nas regiões estrategicamente econômicas os indígenas eram utilizados como força de trabalho disponível para diversas atividades, plantar, aradar, cuidar da terra, colher, entre muitas outras funções que eram acometidos com o trabalho forçado dos indígenas. Sendo passível de violência e castigos caso não obedecesse ou tentassem fugir.

Os jornais maranhenses analisados a partir do relatório da pesquisa PIBIC (2023-2024) apresentam também narrativas extremamente semelhantes às observadas nos jornais paraenses. Em ambos os casos, são recorrentes as

referências à violência e à repreensão vivenciadas pelos indígenas. As ocorrências registradas mencionam conflitos, correrias, prisões, perseguições e outras formas de violência praticadas contra diferentes grupos indígenas, entre os casos identificados, destaca-se como exemplo à nação Guajajara:

[...] se mostra a revolta da Aldeia do indígena Romão em Barra do Corda, pelo o motivo de João da Cunha Alcanfor, que era então diretor dos mesmos indígenas Guajajaras e seu cunhado João Alves Silva Junior e outros que os acompanhavam. O motivo da revolta se deu pela negação dos indígenas a serem intimados a ser empregados em obras, durante a revolta, foram disparados muitos tiros contra os citados que intimaram para trabalho. (Publicador Maranhense, 17 de abril 1861, nº 87, p.1)

Essa ocorrência, utilizada aqui como exemplo, evidencia a agência dos povos indígenas às práticas do trabalho compulsório impostas pelas autoridades locais, revelando formas de resistências diante de um sistema de exploração e uma luta por liberdade que resultou em confrontos violentos, levando alguns à morte. Ou seja, quando os povos Indígenas se rebelavam contra esse sistema opressor, eram tratados como “selvagens” deixando todos aterrorizados. Tal representação contribui ativamente para a disseminação do medo e para a legitimação da repressão, desconsiderando a realidade vivenciada por esses povos.

Na ocorrência descrita a seguir o jornal *O liberal do Pará* publicado em 1870, discute os embates entre os partidos políticos e a forma cada grupo utilizava o princípio da autoridade para benefício próprio – quase sempre ligados aos interesses em torno da produção de borracha. No decorrer da publicação há um tom crítico (e ambíguo) sobre o uso da força de trabalho indígena, não necessariamente pelo trabalho violento na extração de borracha, mas porque ao atuar na coleta da matéria prima os indígenas seria alegadamente prejudicados em seu processo de “catequese”.

[...] O aviso de 7 de março de 1860 acabou com as diretórias de “índios” por ser prejudiciais à catequese. Porém, o mondurucú do tapajós ainda sofre a prepotência de um senhor que absorve todo o trabalho “índios” e tapuios e que os tem como sua propriedade. O tapajós exportou aquele ano cerca de 4 mil arrobas de borracha, para obter essa quantidade de borracha é necessário a obtenção dos braços para mão de obra. Essa questão de os “índios” estarem trabalhando tem prejudicado a catequese fazendo com que o número de indígenas que estão em relações com os brancos seja inferior ao que havia anos atrás. (O liberal do Pará, 4 de março de 1870, nº48, p.2)

Essa ocorrência publicada no jornal evidencia as contradições existentes na política indigenista do Império. Embora o Aviso de 7 de março de 1860 tenha

extinguido as diretorias de “índios”, na prática, observamos que continuavam existindo diversas formas de exploração do trabalho indígena, principalmente em regiões de economia extrativista, como é o caso do rio Tapajós que sofria com os abusos de um diretor que exercia autoridade sobre os indígenas dos povos Mundukuru e tapuios. O que estava em jogo não era necessariamente à conversão/cristianização de indígenas, mas o uso de força de trabalho disputado entre aldeamentos e estabelecimentos particulares. O trabalho indígena à época era empregado, principalmente, nas atividades relacionadas à abertura de estradas, obras públicas, trabalho doméstico, extração da borracha, entre outras funções. O trabalho braçal intenso por muitas vezes contribuíram para a redução e alta mortalidade das populações indígenas.⁴

Passarei a explorar aqui um pouco das leituras que ajudaram a embasar a pesquisa, como suporte teórico, metodológico e do entendimento mais aprofundado do contexto oitocentista na Amazônia. O autor Antônio Alexandre Isidio Cardoso, em suas obras *“Indígenas e migrantes: memórias deserddadas do avanço rumo ao oeste Amazônico (século XIX e início do XX)”* e na obra *“A língua-geral dos fugitivos: o nheengatu e a escravidão na Amazônia do Século XIX”* contribui para a compreensão das discussões acerca da chamada “língua geral” na Amazônia.

Tratava-se de uma adaptação de vertentes do tronco linguístico Tupi, em grande medida falado por povos próximos ao litoral, e que foi adaptado pelos religiosos como ferramenta de comunicação, sobretudo visando o contato e a catequese. O chamado “nheengatu”, (em tradução livre: língua boa) extrapolou a perspectiva catequética a acabou ganhando espaço entre diversos falantes, inclusive entre pessoas não-indígenas.

Ao longo da leitura dos trabalhos de Isidio Cardoso, observou-se uma questão relevante. Aquilo que foi fomentado para “facilitar” a vida dos colonos, ao longo do tempo tornou-se algo que prejudicaria o avanço dos colonizadores e das suas missões. A língua-geral converteu-se também em um instrumento de resistência contra a colonização, levando ao governo português a proibir o ensino da língua no século XVIII, na mesma época em que os Jesuítas foram expulsos do país.

A língua-geral passou a ser o idioma dos mundos do trabalho falado pelas populações marginalizadas na Amazônia, sobretudo indígenas e populações negras,

⁴ HDBN – O liberal do Pará, 4 de março de 1870, N°48, p 2

sejam escravizados, livres ou libertos. Com o passar das décadas, adentrando o século XIX, experiências de rebeldia e luta eram trocadas por meio do “nheengatu”, idioma muitas vezes não compreendido por autoridades, que só entendiam a língua oficial, o português.

Outra obra de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa, foi a de Mark Harris *“rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798-1840”* onde o autor realiza uma análise histórica das revoltas que alcançaram a Amazônia, sobretudo no Pará, no século XIX, com destaque na Cabanagem. Harris também discute o conceito de liberdade, considerando o contexto marcado por conflitos e guerras que envolveram pessoas negras, escravizadas, indígenas e pobres livres, conforme afirma o autor “a liberdade era um sentimento, não uma causa política” (Harris, 2010, p.244)

Não por acaso, passaram a surgir restrições em relação à circulação de indígenas e negros. Sem salvo conduto ou documento de seus patrões ou senhores, esses grupos não podiam se juntar para festejar suas religiões, realizar ritos culturais, pois seriam interpretados como sinais de vadiagem e desordem, resultando inclusive em prisões.

Outra leitura implementada na pesquisa foi *“História, memória e escravidão ilegal dos “Índios” no Brasil, século XIX”* dos autores Patrícia Melo Sampaio e Márcio Couto Henrique. Os autores utilizaram diferentes fontes como relatos de viajantes que circulavam por vários lugares, incluindo regiões de difícil acesso, mantendo contato com a população local, principalmente com os “Índios” que serviam de guias para os viajantes. Alguns relatos discorrem sobre os modos de captura dos “Índios” e a violência presente nesses processos.

Um dos exemplos que os autores destacados refere-se ao relato do viajante Henry Lister Maw, que ao passar pelo Alto Amazonas registrou sua incredulidade diante dos relatos da captura de indígenas. O sistema de captura no Alto Amazonas parecia relativamente simples, conforme relatos apresentados a Maw

Se alguém precisava de “índios” “seja para seu uso ou para trocar por fazendas [...] procura ele unir-se a um ou mais brancos com o mesmo destino e obtém licença para irem pelo rio Japurá [...] cujo distrito é agora considerado o mais favorável para apanhar “índios”. Tais expedições de apresamento incluíam indígenas que conheciam a região como guias e/ou intérpretes. (Sampaio; Henrique, 2019, p.231)

Essa prática de apresamento refere-se a intensa exploração e controle dos

indígenas que eram capturados e submetidos a trabalhar à força sob pressões extremas. Esse processo inseria esses sujeitos em todo tipo de serviço que aparecesse. “Os “Índios”, “mantidos como escravos”, eram essenciais para sustentação da vida dos povoados” (Sampaio; Henrique, 2019, p.234)

Outra forma de violência encontrada nesta pesquisa foi o sequestro ou rapto de crianças indígenas:

Em 1848, o presidente da província do Pará, Jerônimo Francisco Coelho, descrevia para os membros da Assembleia Legislativa do Pará a extrema violência com que eram retirados os filhos das “famílias miseráveis, principalmente da classe dos mestiços, “índios” ou tapuios”. Meninos e meninas raptados, com idades entre 7 e 14 anos, eram usados como “mimos ou presentes para dentro e fora da província” e condenadas a “uma espécie de servidão”. (Sampaio; Henrique, 2019, p.234)

Dessa forma, muitas crianças indígenas eram retiradas de suas famílias e encaminhadas para realizar serviços domésticos nas residências de pessoas brancas. Mesmo sendo uma prática marcada pela violência, as autoridades pouco faziam para mudar essa realidade.

Ana Luiza Moraes Soares (2024) em seu artigo intitulado “*Child Separation and the Stolen Generation of Brazil: Indigenous Peoples’ (Un)Freedom in Amazonia*” investiga a separação forçada de crianças indígenas destinadas ao trabalho não remunerado nas residências de proprietários de escravizados. A autora demonstra que, mesmo após a abolição da escravidão indígena em 1755, persistiram formas disfarçadas de exploração e controle sobre essas populações.

Este artigo aborda questões relacionadas ao status de cidadania dos povos originários, à definição problemática da orfandade, e ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira. A categoria de orfandade foi formulada de forma a permitir que o abuso extralegal e a exploração racializada do trabalho continuassem muito além do fim da escravidão indígena. (Moraes, 2024)

De acordo com a autora, o Estado por meio das instituições jurídicas decidia quem era considerado orfão ou não. Quando a criança era considerada orfã – mesmo com os pais vivos – ela era colocada sob a tutela do governo. Os oficiais coloniais no Brasil utilizavam a separação de crianças sob o pretexto da educação, com o objetivo de impor determinados modos de vida e padrões culturais específicos. (Moraes, 2024, p.28)

Dessa forma, ao redefinir o conceito de orfandade, o Estado criou brechas

legais que permitiram a retirada dessas crianças de suas comunidades, transformando a orfandade um instrumento político e jurídico de controle social, legitimando a tutela estatal e submetendo as crianças indígenas ao trabalho compulsório.

Um exemplo no jornal *O liberal do Pará* em que um homem encontra uma nação de gentios “mansa”⁵ e conduziu esse grupo para sua vila. Um morador desta vila chamado Manoel Joaquim da Costa, não gostou dessa atitude, acusou-o de ter cometido um crime em trazer os gentios para viver com eles. Dessa forma:

[...] O sr. Manoel Joaquim da Costa entendeu que se devia vingar, fosse como fosse, mandou-me, seis dias depois da eleição, intimar para que lhe apresentasse três órfãos que tinha em minha casa, sendo dois filhos de uma mulher que tenho em minha casa e um que era aprendiz de ferreiro [...] e, no dia seguinte, fui levar os três órfãos e entreguei-os a S.S., ficando a mãe dos dois menores em prantos. Os meninos foram entregues para servir nas casas dos parentes de Manoel Joaquim. (*O Liberal do Pará*, 25 de julho 1873, nº167, p.1)

Ademais, o conjunto de leituras em cruzamento direto com a análise dos jornais também foram discutidas no Grupo de Estudos e Pesquisa em História Social dos Sertões (GEPHSertões), espaço de debate e socialização dos resultados produzidos pelas pesquisas desenvolvidas por seus integrantes.

No âmbito das discussões sobre relatos de viajantes, foi analisada a obra do viajante e naturalista Alfred Russel Wallace, que realizou viagens e expedições pelo Amazonas e Rio Negro em que ele observava e registrava desde a vegetação rica, até os aspectos físicos e geográficos da região. Em seus relatos, Wallace também destaca a presença dos povos indígenas. Assim, a leitura de sua obra teve como objetivo compreender a maneira como um observador externo descrevia as experiências de convivência e contato com esses povos.

Entre os relatos apresentados por Wallace, destaca-se a referência sobre um senhor de engenho chamado Calixto, proprietário de escravizados em sua maioria indígenas. De acordo com o relato de Wallace:

Contou-me ele que, nos seus serviços, os escravos e os índios trabalham juntos, e é por essa forma que se consegue melhor e maior rendimento de trabalho dos últimos do que por qualquer outro sistema. Os “índios” não se submetem bem à disciplina, quando trabalham sós; (Wallace, 2004, p. 159)

⁵ Como será discutido adiante, a categoria “Gentio” era frequentemente utilizada para designar grupos indígenas considerados “Índios” bravos, ou “selvagens” e de difícil catequização. Sendo assim, a referência a gentios “mansos”, sugere uma classificação diferente, possivelmente relacionada à presença predominante de mulheres e crianças.

A afirmação apresentada pelo proprietário de escravos ao viajante permite compreender alguns dos motivos pelos quais os povos indígenas, de acordo com a análise dos jornais aqui citados, eram representados como “selvagens”, “bárbaros”, “gentios”, entre outras designações. A ideia de que os indígenas não se submetiam bem à disciplina, contribuiu para a construção de discursos que defendiam a necessidade de controle.

Nesse contexto, o governo imperial instituiu as Diretorias para catequese e civilização dos “índios”, promovendo a difusão da religião católica e aplicando serviços que os tornem indivíduos “úteis” ao Estado. Essa noção de “utilidade”, identificada nas ocorrências dos jornais, aparece associada ao trabalho compulsório e às diferentes formas de exploração da força de trabalho indígena.

5.1 Análise das palavras-chaves

Na palavra-chave “tapuio”, observou-se que nos jornais Treze de Maio (1845-1861), Gazeta Oficial (1859-1860), Diário de Belém (1869-1889) e O liberal do Pará (1869-1889) o termo aparece associado a descrições físicas e características sociais dos indivíduos, seguido de uma análise de sua aparência. Em uma das ocorrências, por exemplo, um sujeito identificado como João Batista é descrito da seguinte forma: “estatura regular, cabelos annelados e pretos, cor mais de tapuio que de mulato, sem barba...”⁶.

A categoria “tapuia” sofreu diversas transformações ao longo do tempo. Segundo Jonh Manoel Monteiro (2001, p. 172), o termo era utilizado originalmente pelos povos de língua tupi para designar grupos que não pertenciam ao grupo linguístico tupi. Ao longo do período colonial e imperial o termo passou a designar indígenas considerados aptos ao trabalho, sendo incorporados aos aldeamentos e submetidos ao processo de civilização. Nesse sentido, Antônio Alexandre Isidio Cardoso (2018) demonstra em sua obra que os tapuias amazônicos foram profundamente inseridos nos mundos do trabalho, atuando nas construções de estradas, como soldados, lavradores, entre outras formas de trabalho compulsório.

Além disso, nos jornais o vocabulário “tapuio” funcionava como um marcador

⁶ HDBN – Treze de maio, 21 de maio de 1845, N°508, p.6

social e físico, podendo caracterizar diferentes indivíduos não-brancos. É muito comum nas ocorrências o indicativo de tapuio associado à outras características identificadas como não-indígenas, como no “mulato” indicado acima, ou mesmo, referindo-se aos indivíduos simplesmente como “atapuiados”. Em geral, todo o arsenal discursivo em torno do vocábulo guardava viés pejorativo, como se pode observar na ocorrência a seguir: “O tapuio era visto como bichos mal domesticados, com instinto voraz, indomável e que mata quem ousa se aproximar dele”. (Publicador Maranhense, 19 de fevereiro de 1850, nº924, p.1).

De forma semelhante, os chamados “selvagens,” categoria associada aos “gentios”, eram retratados como perturbadores da paz de fazendeiros e de lavradores, cometendo hostilidades em Bacabal”

“Os selvagens, como são chamados os gentios, continuam tirando a paz de fazendeiros e lavradores, cometendo hostilidades em Bacabal. O delegado pediu para que tomassem providencias, desta maneira foram mandados 1 sargento, 2 cabos e 15 soldados para área e junto a eles também foram cedidas 24 clavinotes (pequena carabina) e mil e duzentos cartuchos com bala para os paisanos da localidade para assim expelirem o gentio. E se eles não quisessem sair em paz, poderiam usar as munições dadas” (Publicador Maranhense, 14 de agosto de 1854, nº1566, p.2)

A ocorrência evidencia os conflitos envolvendo os gentios e os fazendeiros pela posse e ocupação das terras na região de Bacabal. Os povos Indígenas resistiam aos avanços, lutavam pela sua permanência gerando assim conflitos intensos que foram registrados pela imprensa. Ao mesmo tempo a notícia revela a posição política do poder público, que prontamente estava a favor dos interesses dos proprietários, mobilizando forças militares e apoiando o uso da violência para expulsar os povos indígenas (Barbosa, 2024, p. 54)

Cada uma das palavras-chaves possui um significado abrangente dentro do contexto dos periódicos que podia variar de acordo com cada período. O termo “gentio”, era utilizado para designar os indígenas que permaneciam fora do controle estatal e religioso. De acordo com as observações de Manoela Carneiro da Cunha (1987), essa classificação era utilizada para diferenciar os povos considerados “não civilizados”, ou seja, aqueles que resistiam à catequese e aos aldeamentos.

Na edição de nº 290 do jornal *Treze de Maio*, por exemplo, o autor do artigo divide os indígenas em três categorias distintas. A primeira corresponde à classe dos gentios, definidos como aqueles que “vivem nas brenhas, sem a menor comunicação com a Sociedade civilizada, sendo certas Nações, ou “Tribos” de índole pacífica, e

outras bravias e capazes de todas as atrocidades”⁷. Nesta perspectiva, os gentios eram apresentados como grupos de difícil acesso e catequização, sendo assim, era relatado nos periódicos a dificuldade que os missionários possuíam de tirá-los das matas e levá-los ao “grêmio da sociedade” por serem mais “selvagens”. Sendo necessário o uso de todos os meios possíveis para domesticá-los.

A segunda classe não recebe uma denominação específica, mas refere-se aos indígenas que vivem em aldeias conhecidas, cuja fundação se deve em grande medida não só aos Jesuítas, mas também aos Carmelitas e Mercenários. São descritos como habitantes de “malocas”, falantes de suas próprias línguas. Todavia não ignoravam totalmente a presença de estranhos pois eles realizavam relações de pequeno comércio, trocando produtos de pesca, caça e as drogas que colhem por ferramentas, e outros objetos⁸.

A terceira categoria por fim, é apresentada nos periódicos como aquela composta por “trabalhadores”. Diferentemente das classes anteriores, não há, nesse caso, a utilização explícita de termos como “gentios” ou “tapuias”. No entanto, a partir da leitura recorrente dos jornais e da análise das fontes já citadas, é possível perceber que a chamada classe trabalhadora se refere, em grande medida, aos indivíduos associados aos tapuias ou caboclos. Essa interpretação decorre devido a quantidade de ocorrências em que a utilização da força de trabalho destes era vinculada à realização de obras públicas e a prestação de serviços em geral. Esses considerados trabalhadores são, de acordo com o discurso dos jornais, os que receberam o princípio de civilização e compreendia mais ou menos a língua portuguesa.

No jornal *O liberal do Pará* (1869-1889) encontram-se diversos artigos assinados pelo político e escritor José Vieira Couto de Magalhães⁹. Foi um dos pioneiros a estudar as culturas indígenas no Brasil, mas que embora reconhecesse a importância dos povos indígenas para a formação histórica do país e demonstrasse interesse por sua cultura, também reproduzia os pensamentos e estereótipos da época considerando-os “selvagens” e “primitivos”. Uma das suas obras mais

⁷ HDBN – Treze de maio, 9 de fevereiro de 1854, N°290, p.2

⁸ Idem

⁹ José Vieira Couto de Magalhães, nascido em 1837, bacharel em direito pela faculdade de São Paulo. Na década de 1860 ocupou cargos de presidente das províncias de Goiás, Mato Grosso e Pará. Em 1876 publicou o livro “O Selvagem” cuja produção foi encomendada pelo próprio imperador D. Pedro II. Filiado ao partido liberal de São Paulo, teve um papel de destaque no projeto de modernização do Brasil Imperial. Promovia debates e ao aprendizado da língua geral, ou Nheengatu, com o objetivo de permitir que todas as pessoas que soubesse ler, e tivesse contato com os “selvagens” pudessem ensinar os Indígenas a falar o português. (TURIN, 2012, p.788-789)

conhecida é *O selvagem* (1876). Grande parte das ocorrências encontradas neste periódico foi assinada por Couto de Magalhães, renomado no meio dos pesquisadores da história do Brasil e que possuía grande prestígio.

O termo “selvagem”, era constantemente representado como povos indígenas atrasados e primitivos, sendo utilizado para designar grupos com costumes e culturas diferentes da visão europeia. Couto de Magalhães reforçava a necessidade de catequizar os “selvagens” devido aos conflitos envolvendo grupos de indígenas contra outras nações. Ou seja, a ideia de transformá-los em cidadãos úteis à sociedade. Nessa perspectiva, a utilidade do indígena é colocada em prova enquanto ele realizar trabalhos forçados sem pretensão salarial, sem os direitos que um cidadão exerce. Mas o que era ser cidadão no século XIX?

O conceito de cidadão no período imperial era restrito e excludente. Cidadão, de acordo com a constituição de 1824 estava associado, sobretudo a homens livres, brancos, ricos, de boas relações e donos de propriedades. Pobres, mulheres, indígenas, negros escravizados ou libertos, não eram considerados cidadãos, ou seja, não possuíam direito ao voto ou participação política. (Harris, 2010, p.241)

Nesse contexto, o problema, na segunda metade da década de 1820, residia no fato de que as classes dominantes não reconheciam plenamente a nova condição jurídica estabelecida após a Independência. Essa condição referia-se ao reconhecimento formal de todos os habitantes livres como cidadãos do Império.

No entanto, na prática, o Estado continuava excluindo esses povos, mantendo as desigualdades. Todavia, as elites exigiam a participação da população livre, principalmente os indígenas, em projetos de trabalho ou até mesmo em participação nos serviços militares, punindo severamente qualquer indício de resistência ou rebeldia. (Harris, 2010, p. 243)

Couto de Magalhães publicou uma série de artigos em periódicos com o objetivo de influenciar a opinião dos leitores sobre a sociedade dos chamados “selvagens”. Na edição de nº222 do jornal *O liberal do Pará*, o autor apresentou uma reflexão sobre os povos indígenas cujo eixo principal era a propriedade.

De acordo com as hipóteses de Couto de Magalhães, os “índios” não possuíam uma concepção de propriedade. Para o autor, a ideia de propriedade entre os povos indígenas equivalia à noção de necessidade, isto é, satisfeita a necessidade desaparece a propriedade. Segundo Magalhães:

“Se a propriedade não existe para o selvagem, senão enquanto dura a

necessidade, concebe-se facilmente a sua imprevidência; raras vezes guardam o que comer por mais de um dia; satisfeita a fome, para que o alimento? eles adotam aquela máxima de Cristo, quando dizia: aquele que sustenta o peixe nos mares, e os passarinhos no céu terá cuidado de vós” (O liberal do Pará, 03 de outubro 1870, nº 222, p.1)

Nesse sentido, percebe-se que a hipótese formulada por Magalhães reforça a ideia de que os indígenas não valorizam a terra da mesma forma que os europeus, se eles não possuem o sentido de “propriedade” – que para os europeus está relacionado com a produção visando lucros e comércio que impacta a economia – a terra se torna vazia e improdutiva, podendo ser tomada a qualquer momento pelo Estado. Essa afirmação fortalece a visão de que os indígenas não ocupam de maneira legítima o território, abrindo margens que justificam a expropriação de suas terras no século XIX.

Essas representações sobre os povos indígenas não permaneceram apenas restritas aos discursos da época, ao contrário, exerceu influência direta sobre as políticas de ocupação territorial. Nesse sentido, Manoela Carneiro da Cunha (1987) contribuiu com temas relevantes em sua obra, um dos principais destacados é a noção de terra Indígena.

Apesar da legislação colonial portuguesa e a legislação brasileira reconhecer o direito original dos “Índios” às suas terras, na prática, o Estado abria espaços para a expropriação e ocupação desses territórios por não Indígenas. “As terras indígenas são tratadas, na realidade, como terras de ninguém; são tratadas como a primeira opção para a mineração, hidrelétricas, reforma agrária e projetos de desenvolvimento em geral”. (Cunha, 1987, p.14)

É dessa forma que o termo usufruto ou tutela entra em cena, a legislação colonial e republicana reconhecia o direito dos indígenas à terra apenas como um usufruto, ou seja, um uso temporário, e não como donos da propriedade. O que legitimava a posse por parte do Estado a qualquer momento. A posse pelos povos originários era temporária. Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado na notícia publicada no jornal O liberal do Pará:

“Tendo um tapuio levantado uma casinha e feito uma roça de mandioca nas margens do lago Curumú, mandou o despejar dizendo, que as terras eram devolutas e da polícia tudo quanto nelas existia” (O liberal do Pará, 1885, nº 264, p.40)

O episódio evidencia as tensões em torno do acesso às terras na região amazônica no século XIX. Ao relatar o despejo de um “tapuio” que havia estabelecido uma moradia e construído uma roça de plantação de mandioca, a notícia demonstra, na prática, a lógica jurídica que desconsiderava formas tradicionais de ocupação do

território. A categoria de terras devolutas, consolidada a partir da lei de terras de 1850 (Lei nº 601, de 18.9.1850) consistia em territórios que não possuíam domínio legal reconhecida sob qualquer título legítimo, sendo assim, pertencentes, portanto, ao Estado. Como observa Cunha (1987, p.66) essa legislação serviu como instrumento de constestação dos direitos territoriais dos povos indígenas, o que possibilitava a posse de terras ocupadas tradicionalmente pelos povos originários.

Ademais, foi identificada em uma das ocorrências um caso relevante, de uma expedição composta pela força policial e militar para destruir os quilombos localizados na região do rio Trombetas. “O famoso quilombo, criado a mais de 50 anos existia como encantado e inacessível a todo o indivíduo que não fosse negro”.¹⁰

A notícia é significativa porque evidencia o fato de que esse quilombo era protegido por gentios, e as expedições que serviam para acabar e destruir todos os quilombos existentes na região não alcançava sucesso, pois os gentios avisavam que a força do governo imperial estava chegando, dessa forma, dava tempo dos escravizados fugirem, “em distância de 2 ou 3 léguas do quilombo, existe uma maloca de gentios da nação Uariquena que protegem os negros das agressões de outras hordas que povoam esses centros”.¹¹

Essa informação dialoga com as reflexões de Clóvis Moura (2020) que destaca algumas dessas alianças, segundo o autor:

“Aliados aos índios na região central da Bahia os quilombolas criaram sérios embaraços às entradas e bandeiras do ciclo baiano. Fernão Carrilho, em 1655, auxiliado pelas Companhias de Ordenanças da Torre de Garcia d’Ávila e Campos do Rio Real, destruiu os mocambos de Geremoabo. Ao que parece, em todas as lutas dos “índios brabos” contra os bandeirantes havia negros fugidos aliados aos indígenas” (Moura, 2020, p.181).

A ocorrência analisada permite observar uma possível aliança histórica entre grupos historicamente submetidos à exploração e à violência. Conforme discutido anteriormente, a categoria “gentio”, era frequentemente utilizada nos jornais para designar os indígenas que viviam nas matas longe dos aldeamentos da catequese. E eram eles que prestavam serviços de proteção aos quilombolas e contra ameaças de “índios” rivais.

Entretanto, como ressalta Clóvis Moura, para além das alianças, os conflitos entre os negros e indígenas eram motivados por disputas territoriais, diferenças culturais, entre outros. Dessa forma, as relações sociais estabelecidas entre esses

¹⁰ HDBN – Treze de maio, 22 de dezembro de 1855, N°619, p.1

¹¹ Idem

grupos eram marcadas tanto por sua complexidade com relações composta por alianças estratégicas, quanto por conflitos e tensões.

Ressalta-se que os quadros produzidos durante o processo de organização dos dados não estão apresentadas integralmente nesta seção, uma vez que constituem um conjunto amplo de informações ainda em processo de análise. Dessa forma, foram selecionados alguns casos considerados mais representativos para os objetivos deste Trabalho de Conclusão de Curso. Esses casos são apresentados no quadro analítico a seguir, que reúne o nome do jornal pesquisado, a palavra-chave utilizada, o número e a página da ocorrência, seguida de um resumo interpretativo e o link para acessar ao jornal.

Publicação (Jornal)	Palavra-chave	Número e página	Data	Ocorrências (Com transcrição em itálico para as tribos indígenas encontradas)	Link para consulta
Treze de Maio	Índios	651 páginas 1/4	7 de novembro de 1846, sábado	Foi mandado pelo governo de sua majestade imperial, um decreto e regulamento nº426 de 24 de julho de 1845 que estabelece as diretorias para catequese e civilização dos índios, implementando a religião católica e aplicando serviços que tornem esses indivíduos úteis ao Estado. De acordo com o regulamento das diretrizes logo após serem nomeados, deveram examinar o estado das aldeias ou escolher e propor o lugar mais apropriado e conveniente para se mudar ou estabelecer uma aldeia nova de modo que fique com alguma vizinhança de povoados próxima e se possível for próxima aos sítios em que se achem os ÍNDIOS. <i>“A quem deve fazer saber quais são as justas e benéficas intenções do governo imperial a respeito deles” ... empregaram todos os meios lícitos, brandos e suaves para atraírem os índios às aldeias.</i> Para lhes ensinar a doutrina cristã e fazer-lhes conhecer as vantagens do batismo e dos casamentos e dos direitos da vida social. Com objetivo de inspirar e fazer com que os índios aprendem o amor do trabalho e a utilidade que dele devem esperar para si e para os seus semelhantes. Aplicando-os ao gênero da cultura ou de outras indústrias, como por exemplo alfaiate, sapateiro, pedreiro, ferreiro e carpinteiro cujas oficinas deveram ser estabelecidas nas aldeias. As diretrizes, instrui também que as aldeias devem ter um certo número de ÍNDIAS nas roças e fábrica de farinha, na pesca e caça para que todos da aldeia tenham mantimentos. João Henrique de Matos – diretor geral dos índios	Treze de Maio (PA) - 1845 a 1861 - DocReader Web (bn.gov.br)
Treze de Maio	Gentios	Nº 290	9 de fevereiro de 1854, quinta-feira	Para tornar mais claras algumas considerações, que tenho a apresentar-vos a respeito dos Indígenas que habitam esta Província, convém dividi-los em 3 classes: 1.ª dos conhecidos pela denominação de Gentios, que vivem nas brejas, sem a menor comunicação com a Sociedade civilizada, sendo certas Nações, ou Tribos de índole pacífica, e outras bravias e capazes de todas as atrocidades; 2º dos que vivendo reunidos em aldeias, ou malocas já conhecidas, mas ignorando quase absolutamente a nossa língua, usos e costumes, não evitam todavia a presença de pessoas estranhas, antes entretêm com elas relações de pequeno comércio, trocando os produtos da pesca e caça, e as drogas que colhem por tecidos, ferramentas, espelhos, missangas e outros objetos de insignificante valor, que satisfazem a sua pueril curiosidade; 3ª finalmente dos que tendo já adquirido algum princípio de civilização, e compreendendo mais ou menos a língua portuguesa.	Treze de Maio (PA) - 1845 a 1861 - DocReader Web

				Quanto aos da 1.^a classe não me consta que nestes tempos modernos tenha alguém conseguido que eles saíssem das matas em número considerável, para fixarem a sua residência em lugar designado. Já se lhes não faz guerra de extermínio como antigamente; cessarão as crueldades e violências dos descimentos e resgates, mas também cessou quando devia continuar com o maior fervor a pregação evangélica, e o uso de todos os meios que a caridade cristã aconselha como mais próprios para domesticá-los. Os da 2.^a classe, isto é, os que vivem nas muitas aldeias conhecidas, cuja fundação se deve em grande parte não só aos Jesuítas, mas também aos Carmelitas e Mercenários, são imediatamente governados por seus Principais ou Turauas, sob a Inspeção de Diretores de nomeação do Governo: a estes Empregados porém, que só devem receber certas honras militares em compensação dos seus serviços, falta tudo quanto é preciso para executar qualquer dos mais simples preceitos do Regulamento de 24 de Julho, e por muito bom deverá ser tido aquele, que pouco ou nada fazendo em benefício das Aledas permitir todavia que os Índios cuidem de si, não os maltratando, nem distraindo para serviços particulares e gratuitos. Os da 3.^o classe são os únicos trabalhadores	
Treze de Maio	Gentios	Nº 619 páginas 1/4	22 de dezembro de 1855, sábado	A presidência desta cidade propôs uma expedição para destruir os quilombos do rio Tombetas. A expedição voltou dia 7 sendo capturados apenas dois negros, onde um deles conseguiu fugir. O famoso quilombo criado há mais de 50) anos, que existia como encantado e inacessível a todo o indivíduo que não fosse negro evadido a seu senhor, hoje está devastado e acessível as diligências que o Governo queira lá mandar, e para este resultado tão vantajoso concorre o valor e constância do Capitão Joao Maximiano de Souza, Comandante da expedição. Depois de muitos dias de longas caminhadas nas matas e pelas pedras. Depois de nove dias de marcha por caminhos escabrosos em continuo a subir e descer serras e outeiros, ou caminhando por sobre pedras de amolar, quando, tornando-se impenetrável o mato, tinha de procurar a margem do rio, sem sustento desde o 5.^o dia de marcha, chegou enfim à expedição ao quilombo que os negros incendiaram na ocasião de o abandonarem, depois de quebrarem os fornos, e utensílios de fazer farinha. Em distância de 2 ou 3 léguas do quilombo existe uma maloca de gentios da nação Uariquena que protegem os negros das agressões de outras hordas que povoam esses centros, assim como o alto Nhamunda, e foram eles sem dúvida que avisarão os negros, porque o Capitão Joao Maximiano em diferentes lugares achou recentes vestígios de seu trânsito; e sem esse auxílio, os negros não poderiam por ali existir, conforme afirmar o que foi capturado e existe na cadeia	Treze de Maio (PA) - 1845 a 1861 - DocReader Web

				desta Cidade. A força acampou no quilombo por 5 dias, servindo-lhe de Quartel a casa que servia de capela, única que não foi incendiada. Trouxeram um machado que acharão na maloca, que tem alguma diferença dos que usamos; e diz o negro prezo que os ditos gentios Uariquenas tem por costume em certos tempos irem vender cães aos brancos a troco de contas, facas, machados, campainhas &. Pela qualidade destes objetos, e pelos dias que os gentios gastam na jornada, é de presumir que esses brancos pertençam a Guiana Holandesa. A necessidade de catequizar esses gentios, cujos filhos são batizados pelos negros, é tão manifesta que não poderá deixar de merecer a atenção de V. Ex.^a porque sem isso os quilombos do Tombetas nunca se extinguirão. Além do quilombo acima dito há outro na cachoeira do rio Arapecurú, e ambos se comunicam por uma estrada de que é sabedor o negro prezo. A força expedicionária contando com os remadores das canoas, se compôs de 188 pessoas.	
Jornal treze de maio	Índios	Nº 490 páginas 1/4	15 de março de 1845	Catequese e civilização dos índios. O periódico começa afirmando a dificuldade que é introduzir entre os ÍNDIOS as necessidades básicas sociais, <i>proporcionar-lhes meios de aprenderem a satisfazê-las com facilidade, tratá-los com brandura</i>, ou seja, moldá-los de acordo com o que o governo desejar. Mover a sua imaginação com o espetáculo majestoso das cerimônias religiosas, <i>tocar o seu coração com a pureza da doutrina do evangelho</i>, segundo eles, é o essencial. Tem sido designado missões às outras províncias, para isso o governo manda missionários com a finalidade de empregarem a catequese.	eze de Maio (PA) - 1845 a 1861 - DocRe ader Web (bn.gov.br)
Jornal treze de maio	Índios	Nº 520	02 de julho de 1845, quarta-feira	Catequese e civilização dos índios: a província do Rio de Janeiro está tratando de reivindicar os terrenos dos índios da aldeia de S. Lourenço. Foi acometido ao coronel Carlos José de Azevedo a tarefa de chamar, educar e tornar úteis os índios que eram tão numerosos, esses índios andam dispersos nos sertões da Pedra Liza. O objetivo é ampliar essas missões nas províncias diversas. Consta no periódico que após essas missões tem cessado as incursões e devastações que antes existência das missões, o governo sofria. Essas são algumas das províncias citadas no jornal com a implementação das missões: aldeamento de São Mateus na província do Espírito Santo; província do Maranhão com a missão de Pindaré; catequese dos índios na Barra do Rio Negro na província do Pará; missões de S. João d'Araguaia, missões do Xingu, missões de S. Joaquim do Rio branco, entre outras.	eze de Maio (PA) - 1845 a 1861 - DocRe ader Web (bn.gov.br)

Publicação (Jornal)	Palavra-chave	Número e página	Data	Ocorrências (Com transcrição em itálico para as tribos indígenas encontradas)	Link para consulta
Jornal o liberal do Pará	Tapuio	Nº48 página 2/4	4 de março de 1870 terça-feira	A correspondência discorre sobre a discursões do princípio dos combates dos partidos políticos e como cada partido usa do princípio da autoridade para si próprio. Aborda rapidamente sobre a liberdade política. No decorrer do jornal é feito uma pergunta ao governo. Na campanha do governo é dada como uma das primeiras garantias estabelecer a navegação a vapor de 70 léguas livremente navegáveis em Tapajós. A pergunta ao governo é o porquê que em tapajós se conserva uma diretoria de índios. O aviso de 7 de março de 1860 acabou com as diretórias de índios por ser prejudiciais à catequese. Porém, o mondurucú do tapajós ainda sofre a prepotência de um senhor que absorve todo o trabalho índios e tapuios e que os tem como sua propriedade. O tapajós exportou aquele ano cerca de 4 mil arrobas de borracha, para obter essa quantidade de borracha é necessário a obtenção dos braços para mão de obra. Essa questão de os índios estarem trabalhando tem prejudicado a catequese fazendo com que o número de indígenas que estão em relações com os brancos seja inferior ao que havia anos atrás.	O Liberal do Pará (PA) - 1869 a 1889 - Doc Reader Web (bn.gov.br)
Jornal o liberal do Pará	Selvagem	Nº220, página 2/4	1 de outubro de 1870 sábado	O primeiro elemento de catequese dos jesuítas foi o conhecimento da língua dos selvagens. Aqui, porém grande dificuldade se estende, devido a vastidão de línguas que cada tribo de selvagens possuía, dificilmente encontrava duas tribos que falavam o mesmo idioma. O Tupy, ou Guarany era a língua falada pelos índios de quase toda a costa do Brasil; esses selvagens eram também os que tinham atingido a maior grau de concentração social, sem, contudo, saírem das dimensões da tribo, eram, portanto, os mais civilizados. Os jesuítas tomaram sua língua por ponto de partida de sua catequese, escreveram-na, e a ensinaram em seus colégios; e é esta a língua geral. Ademais, é ressaltado no jornal a importância de catequizar as crianças indígenas, pois a partir deles eles iam ensinar os pais.	O Liberal do Pará (PA) - 1869 a 1889 - Doc Reader Web
Jornal o liberal do Pará	Selvagem	Nº221	2 de outubro de 1870 domingo	Nunca os selvagens do Brasil excederam em sua marcha social as dimensões da tribo; nunca formaram estado no sentido de poder público (república). A língua Tupy, língua falada geralmente pelos selvagens da costa, que se invoca como primeiro argumento, para acreditar a opinião contrária, mostra o com evidência. A língua não tem uma só palavra para exprimir a ideia de chefe (governo). O que representa o lugar do chefe em tempo de paz é uma entidade que tem faculdades mais limitadas do que as	O Liberal do Pará (PA) - 186

				inerentes ao pátrio poder. Em verdadeiro estado de infância social não podendo nem mesmo conceber a ideia de autoridade senão como sinônimo de pátrio poder, querer submetê-los a qualquer organismo como o tem pretendido as nossas leis, equivale a escravizá-los, porque escravidão é todo estado que regule nossa atividade individual sem ser por estímulo e força de nossa própria vontade. Note-se que quando falamos de escravidão não entendemos designar a violência; essa, a lei do Brasil nunca consentiu depois da independência; pelo contrário, quem lê suas disposições, enxergará sempre o pensamento humanitário de proteger o selvagem contra a raça conquistadora. Couto de Magalhães	9_a_1889-DocReaderWeb(bn.gov.br)
Jornal o liberal do Pará	Selvagem	Nº222	3 de outubro de 1870	Couto de Magalhães vem fazendo uma série de artigos com o objetivo de fazer o leitor formar uma opinião sobre a sociedade selvagem. Neste artigo ele fará uma última observação acerca dos indígenas que tem como pauta a propriedade e a organização da família. A organização da família é a base da sociedade cristã. De acordo com as observações de Couto de Magalhães, ele possui uma hipótese constante de que os índios não possuíam a ideia de propriedade, para ele a ideia de propriedade para o selvagem é equivalente à de necessidade, isto é, satisfeita a necessidade desaparece a propriedade. Se a propriedade não existe para o selvagem, senão enquanto dura a necessidade, concebe se facilmente a sua imprevidência; raras vezes guardam que comer por mais de um dia; satisfeita a fome, para que o alimento? eles adotam aquela máxima de Cristo, quando dizia: aquela que sustenta o peixe nos mares, e os passarinhos no céu terá cuidado de vós. Com estas ideias vê se que pretender do selvagem um sistema de vida como o nosso, que repousa todo na ideia da propriedade, é pretender o impossível. Sem partir da ideia de educar o menino, porque n'esse é o entendimento e não a vontade que se pretende dominar. qualquer cousa se faça dará em nada. O sistema de educar o menino é lento, mas se desde 1845, época do primeiro regulamento sobre esta matéria, houvéssemos seguido esta marcha já podíamos ter educado 4 ou 5 gerações, porque me parece que em menos de 5 anos se educa uma. Sobre a família o jornal deixou para próximas edições.	O_Liberal do Pará (PA) - 1869_a_1889-DocReaderWeb
Jornal o liberal do Pará	Gentios	Nº111	17 de maio de 1873	ACTOS DE SELVAGERIA, -Com esta epígrafe lemos aos nossos leitores. a triste notícia de ter sido atacada pelos índios do alto Purus uma lancha a vapor, e devorada a sua tripulação. Eis o que encontramos no Commercio do Amazonas: Ataque de índios. - O norte americano A. D. Paiper seguiu, há cerca de um ano, com alguns companheiros para o Rio Purus, a fim de pôr ali abrir passagem para a Bolívia. Até certo ponto do rio subiu Paiper, auxiliado por alguns habitantes, que lhe auguravam	O_Liberal do Pará (PA) - 186

				a impraticabilidade da empresa, por ser aquela região ainda habitada por hordas selvagens. Foi por isso obrigado a regressar, mas depois tentou nova subida, com uma coragem e tenacidade dignas de melhor resultado. Então tinha ele realizado a aquisição de uma lancha a vapor, e conseguiu ir até o rio Acre, onde foi surpreendido pelos GENTIOS, que o devoraram, apoderando-se da lancha. Três infelizes companheiros do ousado explorador tiveram a mesma sorte.	9_a 188 9_- Doc Rea der Web
Jornal o liberal do Pará	Gentios	Nº167	25 de julho de 1873 sexta-feira	Nos anos de 1869 e 1870, quando subi a cachoeira do dito rio, onde abarraquei-me; apareceram-me doze GENTIOS de uma nação mansa, que pôr as matas daquele rio andam errante, por serem perseguidos pelos de uma outra nação brava, e os trouxe para esta vila, e os fiz batizar, ficando três menores em diversas casas de família e outros voltarão para o mesmo rio, onde estão morando; em 1871, quando subi passados dias, foram encontrados perto de minha barraca, flexas e lanças, sinal que os indígenas deixam quando se aproximam de alguma barraca em sinal de paz, fiz diligências de ver si os encontrava, mas não consegui, e vindo para esta vila quase em meado do ano passado, foram-me falar para votar com o partido conservador que eu me neguei, ato que se aproxima, a eleição e começarão a propalar os amigos do sr. Manoel Joaquim da Costa, que eu tinha cometido um crime em trazer GENTIOS etc., tudo desprezei, mas depois fui avisado, que quando eu desembarcasse no dia 6 de setembro do ano passado, seria prezo e mais alguns amigos que comigo tinham de vir; assim prevenido, desembarquei de noite e recolhi-me a uma casa onde fiquei até o dia 7, e de onde sai com os meus amigos para ir votar, fazendo tudo isto para evitar conflitos. Mas o sr. Manoel Joaquim da Costa entendeu que se devia vingar, fosse como fosse, e que era o potentado da época, mandou-me, seis dias depois da eleição, intimar para que lhe apresentasse três órfãos que tinha em minha casa, sendo dois filhos de uma mulher que tenho em minha casa e um que era aprendiz de ferreiro; vendo que toda a justiça me havia de ser negada, mandei-os preparar de roupa, mas demorando-me alguns dias em ir entrega-los, foi intimado para ir a presença de s. s., a cuja intimação obedecendo logo, foi a sua casa onde eu esperava ser recebido grosseiramente, tratando-me com epíteto de ditador do rio Curuá, mas eu tudo sofri porque ia resignado; despedindo-me foi ameaçado com cadeia, e no dia seguinte foi levar os três órfãos e entreguei -os a s. s., ficando a mãe dos dois menores em prantos. Os meninos foram entregues para servir nas casas dos parentes de Manoel Joaquim.	O_Libe ral do Par a (PA) - 186 9_a 188 9_- Doc Rea der Web
Jornal o liberal do Pará	Gentios	Nº159	16 de julho	Os gentios não devem ser alistados para o exército e armada. - Foi dirigido pela presidência o seguinte 'ofício ao juiz de paz, presidente da junta de alistamento do Itaituba:	O_Libe ral

			o de 1875, sexta-feira	« Dando solução a consulta feita por vmc. no ofício datado do 7 do mês último, declaro-lhe que não devem fazer parto do alistamento para o serviço do exército e d'armada, os índios a que vme. se refere, visto que eles não se acham ainda em estado de civilização.	do Par a (PA) - 1869 a 1889 - Doc Rea der Web
Jornal o liberal do Pará	Gentios	Nº207	15 de setembro de 1875, sexta-feira	Índios. Existem no rio Tapajós, entre as cachoeiras e esparsos pelas campinas, dentro dos limites desta província com a de Matogrosso, diversas raças de gentios, dentre as quais duas nações Mundurucú e a Manés -- que se assinalam pelo contato em que se acham com a população civilizada e em muitas relações, e por conseguinte bem conhecidos. Estas duas nações se dividem, a Mundurucú em 21 tribos, formando cada Tribo a sua aldeia ou taba, e a Maués em 51 tribos, além de 5 que estão no distrito da Villa Bela, da província do Amazonas. As 21 aldeias ou tabas dos Mondurucús contém 18,910 almas e as 51 dos Maué, 775. São 19,685 almas que a civilização devia conquistar, e que hoje perdem no deserto o princípio fecundo de sua atividade.	O Libe ral do Par a (PA) - 1869 a 1889 - Doc Rea der Web
Jornal o liberal do Pará	Selvagem	Nº220, página 2/4	1 de outubro de 1870, sábado	O primeiro elemento de catequese dos jesuítas foi o conhecimento da língua dos selvagens. Aqui, porém grande dificuldade se estende, devido a vastidão de línguas que cada tribo de selvagens possuía, dificilmente encontrava duas tribos que falavam o mesmo idioma. O Tupy, ou Guarany era a língua falada pelos índios de quase toda a costa do Brasil; esses selvagens eram também os que tinham atingido a maior grau de concentração social, sem, contudo, saírem das dimensões da tribo, eram, portanto, os mais civilizados. Os jesuítas tomaram sua língua por ponto de partida de sua catequese, escreveram-na, e a ensinaram em seus colégios; e é esta a língua geral. Ademais, é ressaltado no jornal a importância de catequizar as crianças indígenas, pois a partir deles eles iam ensinar os pais.	O Libe ral do Par a (PA) - 1869 a 1889 - Doc Rea der Web

Jornal o liberal do Pará	Selvagem	Nº221	2 de outubro de 1870, domingo	Nunca os selvagens do Brasil excederam em sua marcha social as dimensões da tribo; nunca formaram estado no sentido de poder público (república). A língua Tupy, língua falada geralmente pelos selvagens da costa, que se invoca como primeiro argumento, para acreditar a opinião contrária, mostra o contrário com evidência. A língua não tem uma só palavra para exprimir a ideia de chefe (governo). O que representa o lugar do chefe em tempo de paz é uma entidade que tem faculdades mais limitadas do que as inerentes ao pátrio poder. Em verdadeiro estado de infância social não podendo nem mesmo conceber a ideia de autoridade senão como sinônimo de pátrio poder, querer submetê-los a qualquer organismo como o tem pretendido as nossas leis, equivale a escravizá-los, porque escravidão é todo estado que regule nossa atividade individual sem ser por estímulo e força de nossa própria vontade. Note-se que quando falamos de escravidão não entendemos designar a violência; essa, a lei do Brasil nunca consentiu depois da independência; pelo contrário, quem lê suas disposições, enxergará sempre o pensamento humanitário de proteger o selvagem contra a raça conquistadora. Couto de Magalhães	O Liberal do Pará (PA) - 1869 a 1889 - Doc Reader Web (bn.gov.br)
Jornal o liberal do Pará	Gentios	Nº167	25 de julho de 1873 sexta-feira	Nos anos de 1869 e 1870, quando subi a cachoeira do dito rio, onde abarraquei-me; apareceram-me doze GENTIOS de uma nação mansa, que pôr as matas daquele rio andam errante, por serem perseguidos pelos de uma outra nação brava, e os trouxe para esta vila, e os fiz batizar, ficando três menores em diversas casas de família e outros voltarão para o mesmo rio, onde estão morando; em 1871, quando subi passados dias, foram encontrados perto de minha barraca, flexas e lanças, sinal que os indígenas deixam quando se aproximam de alguma barraca em sinal de paz, fiz diligências de ver si os encontrava, mas não consegui, e vindo para esta vila quase em meado do ano passado, foram-me falar para votar com o partido conservador que eu me neguei, ato que se aproxima, a eleição e começarão a propalar os amigos do sr. Manoel Joaquim da Costa, que eu tinha cometido um crime em trazer GENTIOS etc., tudo desprezei, mas depois fui avisado, que quando eu desembarcasse no dia 6 de setembro do ano passado, seria preso e mais alguns amigos que comigo tinham de vir; assim prevenido, desembarquei de noite e recolhi-me a uma casa onde fiquei até o dia 7, e de onde sai com os meus amigos para ir votar, fazendo tudo isto para evitar conflitos. Mas o sr. Manoel Joaquim da Costa entendeu que se devia vingar, fosse como fosse, e que era o potentado da época, mandou-me, seis dias depois da eleição, intimar para que lhe apresentasse três órfãos que tinha em minha casa, sendo dois filhos de uma mulher que tenho em minha casa e um que era aprendiz de ferreiro; vendo que toda a	O Liberal do Pará (PA) - 1869 a 1889 - Doc Reader Web

				justiça me havia de ser negada, mandei-os preparar de roupa, mas demorando-me alguns dias em ir entrega-los, foi intimado para ir a presença de s. s., a cuja intimação obedecendo logo, foi a sua casa onde eu esperava ser recebido grosseiramente, tratando-me com epíteto de ditador do rio Curuá, mas eu tudo sofri porque ia resignado; despedindo-me foi ameaçado com cadeia, e no dia seguinte foi levar os três órfãos e entreguei -os a s. s., ficando a mãe dos dois menores em prantos. Os meninos foram entregues para servir nas casas dos parentes de Manoel Joaquim.	
--	--	--	--	--	--

6 CONCLUSÃO

A análise dos jornais paraenses do século XIX nos revela como as representações atribuídas aos indígenas por meio de categorias como “gentios”, “selvagens”, “tapuias” e “índios” contribuíram para situá-los em uma posição de subalternidade diante dos projetos de civilização formulados pelas elites políticas e intelectuais da época. Esses projetos possuíam como pilares a difusão da religião católica e a catequização com a finalidade de “educá-los” e torná-los “úteis” ao Estado. Esse discurso de educação por meio da fé, mascara a realidade vivenciada pela população indígena.

Entretanto, a documentação analisada sugere que os discursos de civilização e educação religiosa era frequentemente utilizada para justificar os diversos abusos físicos cometidos aos indígenas por meio do trabalho forçado. Essas categorias utilizadas para representá-los reproduz a visão estigmatizada que coloca o indígena como atrasados e selvagens, donos de uma cultura de selvageria, sendo necessário a intervenção dos colonizadores para ensiná-los a viver de acordo com seus próprios padrões.

Nesse contexto, a criação das Diretorias de Índios, a implementação da fé cristã e a difusão da catequese junto com todas as suas práticas cristãs, como o batismo e casamento religioso, encobriam o objetivo central do regulamento de 1845 de transformar esses indivíduos em sujeitos produtivos para a economia utilizando de sua força de trabalho, por muitas vezes submetidas à escravidão.

Essas práticas interferiram em aspectos fundamentais da vida indígena moldando o conhecimento de suas culturas e as relações sociais. além disso, a ideia era educá-los e ensinar a doutrina cristã para eles se tornarem parte da sociedade, para transformá-los em cidadãos conduzindo-os a uma vida de aldeamento longe das matas.

No entanto, a definição de cidadania vigente no século XIX, era restrito à elite branca e excluía totalmente os povos indígenas. Desse modo, mesmo que uma dessas categorias que foi destacado acima sejam considerados convertidos e recebesse a “educação” dos colonizadores e integrados ao “seio” da sociedade, eles continuavam sendo vistos apenas como sujeitos com força de trabalho disponível fácil e barata.

Desta forma, a pesquisa nos permite perceber que a utilização desses vocabulários para retratar os indígenas nos jornais paraenses, torna esses indivíduos subalternizados reduzidos a uma forma de racialização, estigmatizados enquanto seres sociais. Úteis apenas enquanto existia serviços braçais impostos pelo Estado. Como resultado desta pesquisa encontramos os atos de resistência desses povos, seja por meio de fugas, conflitos, guerras, ou seja, por meio de alianças com os negros escravizados realizando trocas de estratégias e compartilhando rotas de fuga.

REFERÊNCIAS

BARROS, José de Assunção. *Sobre o uso dos jornais como fonte histórica: uma síntese metodológica*. Revista Portuguesa de História, Coimbra, p. 397–419, 2021.

BARBOSA, Jeferson Cauã de Oliveira. *Gentios, Tapuias e Caboclos: visões de indígenas na imprensa maranhense do século XIX*. 2024.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *A língua –geral dos fugitivos: o nheengatu e a escravidão na Amazônia no século XIX*. Centro de História da universidade de Lisboa. Lisboa, 2024.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico*. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo... (usp.br) Acesso em: 02/09/2024.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *Indígenas e migrantes: memórias deserddadas do avanço rumo ao oeste amazônico (século XIX e início do XX)*. Cristina Donza Cancela, Lara de Castro, orgs. — Senado Federal. Brasília, 2023.

CASTRO, Fábio Fonseca de. A identidade denegada: discutindo as representações e a autorepresentação dos caboclos da Amazônia. *Revista de antropologia*, São Paulo, v. 56, n.2, p.431-475, jul./dez. 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Os direitos do índio: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GONTIJO, Rebeca. *História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu*. *História*. São Paulo, v.24, n.2, p.159-185, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5–27, 1988.

HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, Raça e Cultura Popular no Norte do Brasil, 1798-1840*. UNICAMP, 2010.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. Belém: Cadernos NAEA, v.2, n.2, p. 5-32, 1999.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre-docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MOURA, Clovis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020

REIS, José Carlos. Varnhagem (1853-7): o elogio da colonização portuguesa. *Varia história*, Belo Horizonte, n° 17, 1997, p.106-131.

RODRIGUES, Carmem Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. Belém: Cadernos NAEA, v.9, n.1, p. 119-130, 2006

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Política indigenista no Brasil imperial*. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (Org). O Brasil imperial – vol.1 -1808-1831. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2009. P. 177-201.

SAMPAIO, Patrícia Melo. HENRIQUE, Márcio Couto. *História, memória e escravidão ilegal dos índios no Brasil, século XIX*. 2019.

SOARES, Ana Luiza Moraes. *Child Separation and the Stolen Generation of Brazil: Indigenous Peoples' (Un)Freedom in Amazonia*. *Latin American Research Review* 60, 2024, 19–35.

TURIN, Rodrigo. O “selvagem” entre dois tempos: a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia História, Belo Horizonte*, vol.28, n°48, p.781-803, 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877. 2 v.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*; Notas de Basílio de Magalhães. Senado Federal, Conselho Editorial – Brasília, 2004.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850 1920*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

